

Só 8% dos crimes vão a julgamento

Para se ter uma ideia do quanto esse índice é ruim, na Inglaterra, o percentual de crimes resolvidos que chegam a um juiz é de 90%

Texto: Fábio Andrade
Arte: André Felix

Dos mais de 50 mil assassinatos registrados anualmente no Brasil, apenas cerca de 4 mil, ou 8% dos assassinos, chegam a ser julgados pela Justiça. A estimativa da Associação Brasileira de Criminalística (ABC), entidade que representa os peritos criminais, leva à pergunta: “Por que é tão difícil condenar os culpados por crimes no País?”.

As causas vão desde a falta de estrutura nas polícias civis até manobras protelatórias, passando pela falta de preservação da cena do crime, falta de comunicação entre os órgãos envolvidos e o excesso de burocracia que emperra o andamento dos processos.

“Esse baixo índice leva a uma certeza de impunidade, o que estimula o crime”, diz o desembargador Pedro Valls Feu Rosa.

Para o presidente da Associação Espírito-Santense de Peritos em Criminalística (AEPC), Danilo Ribeiro, o problema é a infraestrutura investigativa, que é, segundo ele, deficitária.

“A perícia é o grande gargalo para a investigação. Ela está tecnologicamente desatualizada e com um quadro de profissionais insuficiente, o que prejudica todo o trabalho de investigação”, salienta.

Para o promotor Pedro de Sousa, “o sistema precisa passar por um processo de qualificação geral”.

ANÁLISE

Gisele Souza de Oliveira,
juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória



“Falta articulação entre os órgãos”

“O baixo índice de resolutividade de crimes no Brasil deve-se à falta de articulação entre os órgãos e instituições do sistema judicial. Falta integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário. Cada um age de forma desarticulada.

Outro problema crônico é a falta de estrutura material e humana da polícia científica, o que gera uma grande dependência da prova testemunhal, que é pouco eficaz. Inquéritos policiais mal instruídos, via de regra, geram absolvições no Judiciário, frustrando expectativas das vítimas e da sociedade”.

Os gargalos do sistema Os pontos que emperram a investigação e o julgamento



1 PERÍCIA

Carente de equipamentos e de pessoal especializado, a perícia criminal é apontada pela maioria dos especialistas como o maior gargalo do processo de investigação no Brasil.

No Estado, segundo a AEPC, seria preciso o dobro dos atuais 150 funcionários.

2 CENA DO CRIME

O mau isolamento da cena do crime é apontado por vários especialistas como outro grave problema, já que a alteração da cena ou a supressão de provas prejudicam a reunião de provas materiais dos crimes.

3 FALTA DE COMUNICAÇÃO

“Os órgãos de investigação e julgamento não conversam porque todo mundo quer controlar sua informação. Elas poderiam ser acessadas mais agilmente se houvesse a centralização dos dados de um inquérito ou processo”, pontua o desembargador Pedro Valls Feu Rosa.

4 BUROCRACIA

O fato de o inquérito se tornar um processo na Justiça não significa que o julgamento ocorrerá rapidamente. “Nosso processo todo é repleto de repetições. A Polícia Civil produz um inquérito volumoso, que é repetido pelo promotor e pelo juiz. Perde-se muito tempo”, diz Feu Rosa.

5 RECURSOS E MAIS RECURSOS

Previstos na legislação para garantir o direito de ampla defesa, alguns recursos acabam se convertendo em manobras para atrasar o andamento dos processos. São as manobras protelatórias que fazem os processos se arrastarem por anos.

6 SOLUÇÃO?

Normalmente depois de vários anos, 8% dos processos chegam ao julgamento. No entanto, alguns deles, enfraquecidos por problemas nas etapas anteriores, podem ainda resultar em absolvição.

Brasil x Mundo

Enquanto no Brasil os crimes não solucionados chegam a 92%, na Inglaterra, a lógica é quase inversa: 90% dos crimes são julgados.

Países com mais crimes solucionados

INGLATERRA	90%
FRANÇA	70%
EUA	65%

PRESCRITO



O CASO FEU ROSA

Um dos crimes que não foi solucionado foi o assassinato do ex-prefeito da Serra José Maria Feu Rosa e seu motorista, Itagildo Coelho, em 1990. O crime prescreveu recentemente, depois de mais de 20 anos de tramitação e sem a realização de um único júri para julgamento dos acusados.

O OUTRO LADO

Índice maior que a média nacional

Para a chefe da Polícia Civil do Espírito Santo, Gracieme Gaviorno, os investimentos feitos pelo Estado na área de investigação criminal têm rendido bons frutos. “Em casos de inquéritos de homicídio, nosso índice de resolutividade é de 44%, o que põe o Estado acima da média nacional”, ressalta.